

Sumário

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO PENAL BRASILEIRO

- 1.1. Conceito e finalidade
- 1.2. Fontes do direito processual penal
- 1.3. Sistemas processuais penais
 - 1.3.1. Sistema acusatório
 - 1.3.2. Sistema inquisitório ou inquisitivo
 - 1.3.3. Sistema misto
- 1.4. O processo penal e o devido processo legal na dimensão dos direitos fundamentais
- 1.5. Garantias constitucionais e princípios do Processo Penal brasileiro
 - 1.5.1. Presunção de inocência ou não culpabilidade
 - 1.5.2. Imparcialidade do juízo
 - 1.5.3. Juiz natural
 - 1.5.4. Isonomia das partes
 - 1.5.5. Contraditório
 - 1.5.6. Ampla defesa
 - 1.5.7. Economia processual e duração razoável do processo
 - 1.5.8. Motivação e publicidade das decisões
 - 1.5.9. Garantia contra autoincriminação
 - 1.5.10. Iniciativa das partes, inércia da jurisdição e impulso oficial
 - 1.5.11. Verdade real
 - 1.5.12. Duplo grau de jurisdição
 - 1.5.13. Oralidade, imediatidade, concentração e identidade física do juiz

CAPÍTULO 2 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO CÓDIGO PROCESSUAL PENAL

- 2.1. Aplicação da lei processual penal no espaço
- 2.2. Aplicação da lei processual penal no tempo
- 2.3. Convenções e tratados de direito internacional relativos ao Processo Penal
 - 2.3.1. Carta da ONU e Declaração Universal de Direitos Humanos
 - 2.3.2. Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos
 - 2.3.3. Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, de 1969)

- 2.3.4. Convenção da ONU contra a corrupção (Convenção de Mérida) e Convenção sobre Corrupção de Funcionários Públicos em Transações Comerciais Internacionais da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- 2.3.5. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo)
- 2.3.6. Estatuto de Roma (Tribunal Penal Internacional)
- 2.3.7. Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas (Convenção de Viena)

CAPÍTULO 3 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA ESFERA FEDERAL

3.1. Introdução

3.2. Inquérito policial federal e a Polícia Federal

3.2.1. Características do inquérito policial federal

3.2.1.1. Início do inquérito

3.2.2. Inquérito escrito

3.2.3. Inquisitividade do inquérito

3.2.4. Dispensabilidade do inquérito

3.2.5. Princípio da obrigatoriedade

3.2.6. Indisponibilidade

3.2.7. Discricionariedade da autoridade policial

3.2.8. Sigilo do inquérito

3.2.9. Incomunicabilidade

3.2.10. Oficialidade

3.2.11. A nova lei sobre investigação criminal realizada pelo Delegado de Polícia

3.3. Procedimento do inquérito

3.3.1. O trâmite direto

3.3.2. A “denúncia anônima” para o início da investigação

3.3.3. As principais diligências e o interrogatório

3.3.4. O direito de ser notificado sobre a assistência consultar

3.3.5. Identificação criminal

3.3.6. O indiciamento

3.3.7. O relatório e o envio direto ao MP na esfera federal

3.3.8. Prazos para a conclusão do inquérito policial federal

3.3.9. Termo circunstanciado

3.3.10. Garantias do investigado

3.3.11. Conflito de atribuição entre membros do Ministério Público no plano federal

- 3.3.12. Arquivamento de inquéritos e peças de investigação criminais
 - 3.3.12.1. Arquivamento implícito
 - 3.3.12.2. Arquivamento indireto
- 3.3.13. Consequências do arquivamento
 - 3.3.13.1. Arquivamento realizado pelo Procurador-Geral da República
- 3.3.14. Instrumentos legais de obtenção de prova na investigação (previstos na Lei 12.850, de 02.08.2013, entre outras): colaboração premiada; infiltração de agente policial em organizações criminosas e ação controlada
 - 3.3.14.1. Colaboração ou delação premiada
 - 3.3.14.2. Infiltração policial
 - 3.3.14.3. Ação controlada

CAPÍTULO 4 – AÇÃO E PROCESSO PENAL

- 4.1. Conceito e características
- 4.2. Condições genéricas e específicas da ação penal
 - 4.2.1. Condições genéricas
 - 4.2.1.1. Inépcia da inicial acusatória
 - 4.2.1.2. Condições para o exercício da ação penal
 - 4.2.1.3. Justa causa
 - 4.2.2. Condições específicas da ação no processo penal (condições de procedibilidade)
- 4.3. Pressupostos Processuais
- 4.4. Classificação das ações penais
 - 4.4.1. Ação penal pública
 - 4.4.1.1. Ação penal pública incondicionada
 - 4.4.1.2. Ação penal pública condicionada
 - 4.4.2. Princípios da ação penal pública
 - 4.4.2.1. Oficialidade
 - 4.4.2.2. Oficiosidade
 - 4.4.2.3. Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública
 - 4.4.2.4. Indisponibilidade
- 4.5. Ação penal privada
 - 4.5.1. Ação penal exclusivamente privada
 - 4.5.2. Ação penal privada subsidiária da pública
- 4.6. Ação civil *ex delicto*

CAPÍTULO 5 – PEÇAS ACUSATÓRIAS

- 5.1. Requisitos
 - 5.1.1 Noções gerais
 - 5.1.2. Exposição do fato criminoso
 - 5.1.3. Identificação do acusado
 - 5.1.4. Classificação do crime
 - 5.1.5. Rol de testemunhas
 - 5.1.6. Prazo
- 5.2. Aditamento da peça acusatória
 - 5.2.1. Aditamento da queixa
 - 5.2.2. Aditamento da denúncia
 - 5.2.2.1. *Emendatio libelli*
 - 5.2.2.2. *Mutatio libelli*
- 5.3. Denúncia alternativa
- 5.4. Recebimento ou rejeição da inicial acusatória
 - 5.4.1. Recebimento
 - 5.4.2. Rejeição da peça acusatória
- 5.5. Absolvição sumária
- 5.6. Renúncia
- 5.7. Perdão do ofendido
- 5.8. Perempção

CAPÍTULO 6 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

- 6.1. Conceito de jurisdição
- 6.2. Princípios da jurisdição
- 6.3. Características da jurisdição
- 6.4. Competência – conceito e critérios
 - 6.4.1. Juiz natural e competência criminal da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal
 - 6.4.2. Competência em razão da matéria (*ratione materiae*)
 - 6.4.2.1. Crimes políticos
 - 6.4.2.2. Crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas
 - 6.4.2.3. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, com transcendência de fronteiras
 - 6.4.2.4. Causas relativas a direitos humanos: o incidente de deslocamento de competência

- 6.4.2.5. Crimes contra a organização do trabalho
- 6.4.2.6. Crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem econômica
- 6.4.2.7. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves
- 6.4.2.8. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiros
- 6.4.2.9. Disputas sobre direitos indígenas
- 6.4.2.10. Competência federal delegada à Justiça Estadual
- 6.4.3. Competência *ratione personae* (prerrogativa de função)
 - 6.4.3.1. Competência originária do Supremo Tribunal Federal
 - 6.4.3.2. Competência originária do Superior Tribunal de Justiça
 - 6.4.3.3. Competência originária dos Tribunais Regionais Federais
 - 6.4.3.4. Prerrogativa de foro estabelecida em Constituição Estadual para Secretários de Estado e a Justiça Federal
 - 6.4.3.5. Questões pontuais sobre competência por prerrogativa de função
- 6.4.4. Competência *ratione loci*
- 6.4.5. Competência pela natureza da infração
- 6.4.6. Competência em razão do domicílio do réu
- 6.5. Competência absoluta e competência relativa
- 6.6. Súmulas dos Tribunais Superiores sobre competência da Justiça Federal no âmbito criminal
 - 6.6.1. Distribuição e Prevenção
 - 6.6.2. A criação das Varas Especializadas em Crimes Financeiros e Lavagem de Ativos
 - 6.6.3. Modificação da competência e *perpetuatio jurisdictionis*
 - 6.6.3.1. Desclassificação
 - 6.6.3.2. Conexão e continência
 - 6.6.3.3. Continência
 - 6.6.3.4. Foro prevaletente
 - 6.6.3.5. Separação de processos conexos e continentes. Casos de separação obrigatória de processos

CAPÍTULO 7 – QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

7.1. Questões prejudiciais

7.2. Exceções

7.2.1. Exceção de suspeição

- 7.2.2. Exceção de incompetência do juízo
- 7.2.3. Exceção de litispendência
- 7.2.4. Exceção de ilegitimidade da parte
- 7.2.5. Exceção de coisa julgada
- 7.3. Conflito de jurisdição
- 7.4. Restituição das coisas apreendidas
- 7.5. Medidas assecuratórias
 - 7.5.1. Sequestro
 - 7.5.2. Hipoteca legal
 - 7.5.3. Arresto
 - 7.5.4. Medidas assecuratórias da Lei de Lavagem de Dinheiro – Leis 9.613/1998 e 12.683, de 09.07.2012 – e da Lei 12.694, de 24.07.2012
- 7.6. Incidente de Falsidade
- 7.7. Incidente de insanidade mental

CAPÍTULO 8 – PROVA

- 8.1. Teoria da Prova
- 8.2. Classificação da prova
- 8.3. Meios de prova previstos na legislação
- 8.4. Destinatários, natureza jurídica e objeto
- 8.5. Princípios das provas
- 8.6. Distribuição do ônus da prova e iniciativa probatória do juízo
- 8.7. Momentos de produção da prova
- 8.8. Restrições ao direito de produzir provas
 - 8.8.1. Prova ilícita e prova ilegítima
 - 8.8.2. Inadmissibilidade da prova ilícita
 - 8.8.3. Provas derivadas das provas ilícitas (prova ilícita por derivação):
teoria dos frutos da árvore envenenada
 - 8.8.4. Prova de fonte independente e teoria da descoberta inevitável
 - 8.8.5. Teoria do encontro fortuito ou casual de provas
 - 8.8.6. Prova emprestada e compartilhamento da prova
- 8.9. Sistemas de apreciação da prova
 - 8.9.1. Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção
 - 8.9.2. Sistema legal, da certeza moral do legislador, da verdade formal ou da prova tarifada
 - 8.9.3. Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional

8.9.4. Interrogatório

8.9.4.1. Características do interrogatório

8.9.4.2. Procedimentos específicos de interrogatório

8.9.4.3. Direito ao silêncio

8.9.4.4. Confissão

8.9.5. Perguntas ao ofendido

8.9.6. Reconhecimento de pessoas e de coisas

8.9.6.1. Reconhecimento de pessoa

8.9.6.2. Reconhecimento de coisa

8.9.7. Prova testemunhal

8.9.7.1. Formulação de perguntas às testemunhas pelas partes – *cross examination*

8.9.7.2. Classificação das testemunhas

8.9.7.3. Antecipação de depoimento nos casos de pessoas protegidas no programa especial de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas – Lei 12.483, de 08.09.2011, e Lei 9.807/1999.

8.9.8. Acareação

8.9.9. Prova documental

8.9.10. Indícios

8.9.11. Exame corpo de delito e prova pericial

8.9.12. Meios de prova que necessitam de prévia autorização judicial: a *cláusula constitucional de reserva de jurisdição*

8.9.12.1. Interceptação de comunicações telegráficas e telefônicas e quebra de sigilo de dados

8.9.12.2. Da busca e apreensão

8.9.12.3. O sigilo fiscal

8.9.12.4. Sigilo Bancário

CAPÍTULO 9 – SUJEITOS DO PROCESSO

9.1. Sujeitos do processo – linhas gerais

9.2. Juiz

9.2.1. Lei 12.694/2012: criado o juiz sem rosto no Brasil?

9.2.2. Impedimento, suspeição e incompatibilidade do juízo

9.3. Ministério Público

9.4. Acusado e Defensor

9.5. Assistente da acusação

CAPÍTULO 10 – PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA

- 10.1. Prisão, controle jurisdicional e determinações constitucionais
- 10.2. Prisão e liberdade provisória após a Lei 12.403, de 04.05.2011
- 10.3. Medidas cautelares diversas das prisões
- 10.4. Prisão em flagrante
- 10.5. Prisão temporária
- 10.6. Prisão preventiva
- 10.7. Prisão domiciliar
- 10.8. Prisão especial
- 10.9. Prisão para extradição – as mudanças ao Estatuto do Estrangeiro advindas com a Lei 12.878, de 04.11.2013
- 10.10. Prisão civil e outras hipóteses de prisão extrapenal
- 10.11. Liberdade provisória e a fiança

CAPÍTULO 11 – ATOS PROCESSUAIS

- 11.1. Espécies
- 11.2. Citação
- 11.3. A intimação

CAPÍTULO 12 – DECISÕES JUDICIAIS E A SENTENÇA

- 12.1. Decisões
- 12.2. Sentença
- 12.3. Coisa Julgada

CAPÍTULO 13 – PROCEDIMENTOS

- 13.1. Diferença entre processo e procedimento
- 13.2. Procedimento comum
- 13.3. Procedimento ordinário
- 13.4. Procedimento sumário
- 13.5. Procedimento sumaríssimo
- 13.6. Suspensão condicional do processo
- 13.7. Procedimento do Tribunal do Júri
 - 13.7.1. Noções gerais e o Tribunal do Júri Federal
 - 13.7.2. Da acusação e instrução preliminar
 - 13.7.3. Absolvição sumária
 - 13.7.4. Desclassificação
 - 13.7.5. Impronúncia

- 13.7.6. Pronúncia
- 13.7.7. Julgamento
- 13.7.8. Jurados
- 13.7.9. Instrução em plenário e debates
- 13.7.10. Quesitação
- 13.7.11. A sentença e o papel do juiz presidente
- 13.7.12. Desaforamento
- 13.7.13. Jurisprudência

13.8. Procedimentos especiais

- 13.8.1. Processos e competência originária
- 13.8.2. Crimes contra a honra
- 13.8.3. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos

CAPÍTULO 14 – NULIDADES

- 14.1. Atos inexistentes, nulidade absoluta e nulidade relativa
- 14.2. Sistemas de nulidades: rol exemplificativo x rol taxativo
 - 14.2.1. Nulidade por incompetência, suspeição ou suborno
 - 14.2.2. Ilegitimidade de parte
 - 14.2.3. Pela ausência de fórmulas ou termos previstos no modelo legal
- 14.3. Interesse nas nulidades
- 14.4. Instrumentalidade das formas e a convalidação
- 14.5. O princípio da causalidade, decretação da nulidade e a Súmula 160 do STF
- 14.6. Nulidade por vício na fase pré-processual (inquérito policial)

CAPÍTULO 15 – RECURSOS NA ESFERA FEDERAL

- 15.1. Disposições gerais
- 15.2. Duplo grau de jurisdição
- 15.3. Pressupostos de admissibilidade recursal
- 15.4. Efeitos recursais
- 15.5. Recursos em espécie
 - 15.5.1. Apelação
 - 15.5.2. Recurso em sentido estrito
 - 15.5.3. Carta testemunhável
 - 15.5.4. Correição parcial
 - 15.5.5. Embargos Infringentes e de nulidade

- 15.5.6. Embargos infringentes nas ações penais originárias nos tribunais superiores
- 15.5.7. Embargos de declaração
- 15.5.8. Embargos de divergência
- 15.5.9. Recurso ordinário
- 15.5.10. Recurso extraordinário
- 15.5.11. Recurso especial
- 15.6. Ações autônomas de impugnação no processo penal
 - 15.6.1. Mandado de segurança em matéria criminal
 - 15.6.2. Habeas corpus
 - 15.6.3. Revisão criminal

BIBLIOGRAFIA

SÚMULAS SOBRE PROCESSO PENAL